

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O
PROJETO DE LEI N. 60/14, DO EXECUTIVO MUNICIPAL,
QUE DISPÕE SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE
SANTO ANDRÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2015,
EM ATENDIMENTO AO ART. 48, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/2000) E AOS
ARTS. 43, INCISO II, E 44, DO ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL 10.257/2001),
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se, às dezoito horas, o Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira), os Vereadores Ronaldo de Castro (Ronaldo de Castro), Elisabete Tonobohn Siraque (Profª Bete Tonobohn Siraque), Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote), Edson de Jesus Sardano (Edson Sardano), Antonio Rodrigues da Silva (Tonho Lagoa), Evilasio Santana Santos (Bahia), Ivanildo Pereira Lôbo (Sargento Lôbo), Ailton José de Lima (Ailton Lima), Eduardo Marchiori Leite da Silva (Eduardo Leite), José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho), Cosmo Rodrigues Cardoso (Cosmo do Gás) e Antonio de Jesus Barbosa (Toninho de Jesus) – sendo este o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, Comissão composta pelos Vereadores Cosmo Rodrigues Cardoso (Cosmo do Gás) e José Francisco de Araujo (José de Araujo), o Sr. Alberto Alves de Souza, Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André, o Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André e equipe da Secretaria de Finanças, a Sra. Miriam Mary Marcon Armelim, Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo, e a Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, para realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 60/14, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Proposta de Orçamento Geral do Município de Santo André para o exercício de 2015, em atendimento ao art. 48, parágrafo único, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000) e aos arts. 43, inciso II, e 44, do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) dá início à audiência pública para discutir o Orçamento Municipal que em breve será apreciado e votado pelos vereadores. Agradece a presença de todos, desejando rápido restabelecimento do Secretário Antonio Carlos Granado. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, recebe a palavra e inicia seu pronunciando dizendo que considera importante a audiência para uma construção conjunta da Lei Orçamentária Anual, a qual foi feita com o Orçamento Participativo, sendo que vários vereadores acompanharam as plenárias. Registra a

presença da Sra. Miriam Mary Marcon Armelino, Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo, a Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento. Registra que, se necessário, poderá tratar das emendas parlamentares do ano 2014, as quais estão sendo repetidas no mesmo valor para o ano de 2015, e poderá apresentar um balanço bastante positivo. Antecipa que o Prefeito Carlos Grana solicitou que reafirmasse o compromisso dele com todas as emendas que foram liberadas, no ano de 2014, e reafirmar o compromisso com essas emendas, para o ano de 2015. Faz breve apresentação dos números gerais do Orçamento com apresentação de PowerPoint. Ressalta que as peças que compõem a LOA 2015 é o PPA 2014-2017 que foi feito com ampla discussão – 20 plenárias, cada qual dividida em grupos por tema onde a população pôde apresentar as diretrizes que desejavam para os próximos quatro anos, tendo sido criada uma comissão municipal do PPA que ajudou a apresentar o projeto apreciado e aprovado o ano passado. Entende ser importante falar do PPA, porque a LOA 2015 tem como base o PPA, pois no PPA são definidas diretrizes para quatro anos e na LOA prioriza o que será feito no ano seguinte, isso também com base na LDO já aprovada pela Câmara. Apresenta quadro geral da LOA comparando com o ano de 2014, a fim de terem referência do valor a que se refere. Total orçamentário para 2015, no valor de R\$3,179 bilhões, ao passo que para 2014 o orçamento foi de R\$3,145 bilhões, divididos em Administração Direta e Indireta. Previsão para a Administração Direta (Receita Própria), em 2015: R\$1,322 bilhão, ao passo que para 2014 a previsão foi de R\$1,315 bilhão; e Receita Externa (o que permite que a gestão consiga desenvolver projetos nas várias áreas – recursos federais e também estaduais): para 2015, R\$1,150 bilhão contra uma receita, de 2014, de R\$1,157 bilhão. Ressalta que há um pequeno crescimento, na ordem de 1%, de Receita Própria, comparando 2015 com 2014 e que isso se deve ao fato de o Brasil enfrentar momento de desaceleração econômica, que reflete também na região, em especial em Santo André, que desde a década de 1970, vem perdendo posições, ocupando, hoje, a 19ª posição no país, em virtude da evasão das empresas e, conseqüentemente, arrecadação menor. Cita ainda que o fato de o Cade vetar a compra da Solvay pela Braskem pode ter reflexo no estado de São Paulo e também em Santo André, o que preocupa a Administração e gera desafio de buscar o desenvolvimento econômico e a vocação do município para reverter essa situação, que é um fato. Fala que estão prevendo déficit para 2014, pois o orçamento é previsão de arrecadação e a arrecadação prevista não se confirmará, razão pela qual a previsão de crescimento, para 2015, é bastante pequena. Salaria que, em 2014, foi possível ter receita nova oriunda da venda da folha de pagamento ao Banco do Brasil e também com o Recref, sendo que, para 2015, não há previsão de receita nova. Da Administração Indireta, para o Instituto de Previdência de Santo André a previsão é de R\$238 milhões, contra R\$237 milhões, de 2014; Semasa R\$457 milhões, contra R\$425 milhões – lembra que o Semasa completa, na presente data, 45 anos; Serviço Funerário R\$11 milhões, contra R\$10 milhões, em 2014; Faisa R\$210 mil. Já as empresas SATrans R\$4,290 milhões, contra R\$4,007 milhões; Emhap

R\$2,470 milhões, sendo que em 2014 foi R\$1,620 milhão; Craisa R\$79 milhões, contra R\$58 milhões, em 2014. Receita Tributária (IPTU, ISS, ITBI e Taxas) – a previsão de Recursos – Próprios R\$710 milhões; Externos R\$3 milhões. Receita de Contribuições (contribuição iluminação pública) R\$49 milhões. Receita Patrimonial – Própria R\$8 milhões; Externa R\$18 milhões (aluguéis e rendimentos). Recursos de Serviços (serviço de cópias e editais) R\$1 milhão. Transferências Correntes – Própria R\$609 milhões; Externa (Fundo de Participação do Município, ICMS, IPVA, IPI, Transferências e Convênios Federais e Estaduais) R\$404 milhões. Outras Receitas Correntes – Própria R\$98 milhões; Externa (multas, juros, dívidas e receitas de fundos) R\$52 milhões. Receita Corrente Intra – Própria (IPTU e Restituições) R\$5 milhões. Operações de Crédito – Recursos Externos (BNDES e PAC) R\$204 milhões. Alienação de Bens (venda de bens móveis e imóveis) R\$12 milhões, recursos próprios de receita própria. Outras Receitas e Capital – R\$26 milhões – Externo (Receita de Fundos de Habitação e Desenvolvimento Urbano); Transferência de Capital R\$394 milhões (convênios federais e estaduais para obras e equipamentos); Dedução das Receitas (Fundeb) R\$121 milhões. Totalizando R\$2,472 bilhões da Administração Direta – Receita Própria R\$1,322 bilhão; Receita Externa R\$1,150 bilhão. Cita os grupos de Despesa da Administração Direta, destacando despesas correntes com Pessoal e Encargos – Próprios R\$643 milhões; Externos R\$139,782 milhões. Outras Despesas Correntes R\$ 923 milhões – Despesas Próprias R\$578 milhões; Externas R\$345 milhões; Juros e Encargos da Dívida R\$6 milhões. Despesas de Capital R\$ 752 milhões – Investimentos R\$86 milhões; Externos R\$666 milhões. Amortização da Dívida R\$6 milhões. Reserva de Contingência R\$3 milhões. Nas Receitas, por secretaria, destaca a maior receita, incluindo Receita Própria e Externa, que é a da Secretaria de Saúde R\$550 milhões, seguida da Secretaria de Educação R\$490 milhões, depois Mobilidade Urbana, Obras e Serviços Públicos R\$442 milhões, depois Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação R\$302 milhões, num total de R\$2,349 bilhões. Repasses financeiros: Instituto de Previdência de Santo André R\$40 milhões; Câmara Municipal R\$66 milhões (4,5%); Faixa R\$17 milhões. Total de repasses: R\$123 milhões. Total das secretarias: R\$1,199 bilhão. Total geral: R\$1,322 bilhão (Própria); Externo R\$1,150 bilhão, o que totaliza R\$2,472 bilhões. Exibe quadro dos gastos com Recursos Próprios: Educação R\$217 milhões, Saúde R\$350 milhões, Folha de Pagamento R\$374 milhões, perfazendo cerca de 71% dos Recursos Próprios do Orçamento, restando 29% (R\$381 milhões) para as outras áreas. Incluindo Recursos Externos, esses valores passam para R\$2,472 bilhões, sendo: Educação R\$431 milhões, Saúde R\$550 milhões, Folha de Pagamento R\$374 milhões, correspondendo a 55% do Orçamento, restando 45%, sendo 23% para Custeio e 22% para Investimento (R\$1,117 bilhão). Registra que no Orçamento Participativo, além das 20 plenárias tradicionais, começaram com a implantação do OP Digital que permite que mais pessoas possam participar do processo e também o OP Criança que envolveu os 35 mil alunos de toda a rede. Das plenárias regionais foram aprovadas 58 propostas, sendo 37 apresentadas pela população, 03 apresentadas pelo OP Criança, no OP Digital 16 propostas, sendo 15

para a região e 01 para a cidade. Ainda nas plenárias regionais – 40 para a região e 18 para a cidade (15 apresentadas pela população e 03 apresentadas pelo OP Criança). Fala que isso tem reflexo, porque está diretamente na LOA e vão identificar nela o que foi aprovado no OP, até no sentido de garantir que aquilo que foi aprovado pela população seja efetivamente executado. Em termos de valores, das 78 propostas apresentadas 50 foram incorporadas, com cada plenária elegendo representante – titular e suplente. Lembra que o Orçamento Participativo envolve a LOA 2015 e LOA 2016 e que, portanto, o que está na LOA 2015 é uma parte do que foi aprovado, em termos de valores. Para a região são 38 propostas, cujo valor total da proposta é R\$238,500 milhões, de recursos próprios R\$58 milhões e de recursos externos R\$179,900 milhões. Significa que muitas propostas aprovadas, como, por exemplo, a de urbanização do Córrego Itrapoan, cujo custo é muito alto, foi aprovada condicionado à captação de recursos, sendo que o Semasa tem condição, vai desenvolver o projeto com recurso próprio e a Administração vai trabalhar na captação de recursos. Os projetos de grande vulto estão vinculados a recursos externos. Para a cidade foram incorporadas 12 propostas, cujo valor total é de R\$113,870 milhões, recursos próprios R\$23,200 milhões, recursos externos R\$90,670 milhões. Da mesma forma, são projetos grandes e por isso dependem de recursos externos. Finaliza a apresentação registrando que o total que foi aprovado e que parte está na LOA, de 2015, é na ordem de R\$352,370 milhões, sendo de recursos próprios R\$81 milhões e recursos externos R\$270 milhões, números gerais que constam da LOA. É aberta a palavra aos vereadores e ao público presente. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) inicia citando que, em 2013, tiveram um balanço orçamentário, que inclusive consta no Portal da Transparência, onde constam receitas realizadas de R\$1,372 milhão e previsão orçamentária atualizada em torno de R\$1,677 milhão, cujo cálculo apresenta déficit orçamentário de R\$305 milhões e pede ajuda para entender a conta. Fala que tiveram previsão orçamentária de R\$1,516 milhão, para 2014, e já tiveram receita realizada de R\$1,301 milhão, até final de outubro, segundo também o Portal da Transparência, e despesa empenhada de R\$1,516 milhão, levando em consideração o mesmo período, final de outubro, chegando a um déficit de R\$215 milhões. Entende que, somados, 2013 e 2014 apresentam déficit de R\$520 milhões. Outro questionamento é com relação ao Teatro Carlos Gomes. Fala que no Orçamento deste ano há previsão de receita de R\$3 milhões, num convênio com o Governo Federal e também R\$3 milhões de convênio com o Governo Estadual. Indaga qual o real valor a ser aplicado nesse projeto do Cine Carlos Gomes e também se já foi enviado projeto do Executivo para análise dos Governos Federal e Estadual. Indaga, ainda, por que a Administração Municipal resolveu não aportar recursos próprios para a revitalização do Cine Carlos Gomes, até porque já estava incluído no plano de governo do prefeito eleito. Questiona também o fato de que no Orçamento, para Secretaria de Governo, constam 270 eventos programados, para 2015, que serão executados pela própria Secretaria, o que daria, em torno, de um evento por dia, na ordem de R\$598 mil. Pede explicação acerca desses 270 eventos programados para 2015 a serem

executados pela Secretaria de Governo. Registra a existência de uma programação, elaborada pela Secretaria de Cultura, para atendimento de 558 mil pessoas, num valor estimado em R\$2,298 milhões e indaga como funciona a elaboração desse programa, para atender a todas as pessoas da cidade e se a Secretaria de Cultura terá capacidade para isso. Fala que no Orçamento Participativo do Guaraciaba o Prefeito se comprometeu a iniciar, no próximo ano, a revitalização daquele parque e não encontrou no Orçamento nenhuma verba empenhada para esse fim. Lembra que no início do ano passado ocorreram mortes naquele local, sendo que o Ministério Público deu prazo para que fosse iniciado um trabalho junto ao Parque do Guaraciaba, o que não ocorreu até o momento. Coloca que várias pessoas, de forma voluntária, realizaram um projeto urbanístico – arquitetos urbanísticos Luciano Nunes e André Moreira, a geóloga Elaine Pereira Alves, o biólogo Gilson Bevilacqua, a engenheira ambiental Viviane Pereira Alves e o advogado, especialista em Direito Ambiental, Virgílio de Farias, os quais elaboraram proposta de projeto arquitetônico para que a Administração pudesse dar início à revitalização. Ressalta que inclusive fez sua emenda orçamentária para colaborar com o Executivo para iniciar a revitalização da referida área. Registra que, em nome do movimento, fez uma emenda destinando R\$1 milhão, justamente da revitalização de parques e áreas verdes, colocando especificamente para revitalização do Parque Guaraciaba. Indaga se a Administração tem intenção de iniciar as melhorias necessárias para o Parque do Guaraciaba. Comenta que existe possibilidade de verba de remanejamento de 30% do Orçamento, por parte dos prefeitos da região. Por isso, fez emenda diminuindo esse remanejamento para 10%, com base em orientação do Tribunal de Contas que entende que a suplementação de 10% seja suficiente para que o prefeito realize qualquer situação de emergência, com relação ao Orçamento, pois o Tribunal entende que mais que isso pode descaracterizar e desfigurar o Orçamento. O Vereador Edson de Jesus Sardano (Edson Sardano) inicia justificando a ausência do Vereador Luiz Zacarias, em virtude de um exame de saúde, o qual deixou algumas perguntas a serem feitas, dentre elas, se há previsão de aumento da Planta Genérica de Valores, em função de uma previsão maior de arrecadação de IPTU – se está previsto aumento de IPTU e da Planta Genérica. Sobre a taxa de fiscalização ambiental, comenta que há lei a ser aprovada e indaga se existe a possibilidade de criação de novo tributo ou taxa de controle e fiscalização ambiental no município. Pede também esclarecimento sobre os repasses ao Consórcio Municipal, que não foram identificados na Peça Orçamentária e indaga como será feito esse repasse. Seu questionamento é sobre o quanto está previsto no Orçamento para publicidade. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) lembra debate realizado, dias atrás, sobre a questão do déficit e que no início do governo foi alardeado déficit orçamentário de R\$110 milhões, que teria sido deixado pela Administração anterior. Lamenta que a Prefeitura não tenha conseguido efetuar o pagamento desse déficit. Comenta fala do secretário de que se trata de previsão de arrecadação que não se configura e que, por isso, obviamente o Poder Executivo tem de fazer cortes e ajustes para chegar, ao final do ano, devendo menos

possível. Fala que gostaria de entender como o ano de 2013 foi fechado e que tipo de ajustes a Prefeitura vem fazendo, através da Secretaria de Orçamento e Planejamento, porque a arrecadação, em especial IPTU, tem um teto – termina no mês de outubro ou novembro – e, após isso, tem-se ideia do valor arrecadado com o IPTU, que acredita ser a principal receita municipal, o IPVA é arrecadado no começo do ano e entende que é necessário um tempo para os ajustes. Indaga por que, mesmo após os ajustes, a Administração chega ao final do ano com déficit de R\$100 milhões. Cita que o Governo Federal apresentou déficit de quase R\$ 30 bilhões, o maior déficit, desde 1999, o que preocupa porque normalmente pesa no bolso do contribuinte. Pede seja mais bem explicada a questão do déficit. O Vereador Antonio de Jesus Barbosa (Toninho de Jesus) indaga quanto foi arrecadado com o Recref e de quanto foi a arrecadação do Banco do Brasil com o repasse da folha de pagamento. Manifesta preocupação com o procedimento dos projetos da cidade que têm de recursos próprios R\$81 milhões e recursos externos R\$270 milhões, que o secretário afirmou estar com dificuldade. Indaga se, porventura, não houver, se a cidade não vai ter nenhuma obra, pois é um projeto futuro, e a presidente pretende contingenciar as despesas para 2015, acredita que esta cidade também sofrerá corte de verba. Indaga se a Prefeitura pretende substituir a receita do Recref e do repasse do Banco do Brasil com algum aumento de imposto e de taxa. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) comenta incremento da Craisa de R\$58 (milhões), do ano anterior, para R\$79 milhões, e indaga de onde vem esse valor que vai ser incrementado, em torno de 50%, uma vez que há quatorze anos é dito que a Craisa é uma empresa deficitária. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala que deixará para o Secretário Walter a resposta das questões relativas a finanças e ao aumento da PGV, bem como a primeira pergunta feita pelo Vereador Cicote. Inicia respondendo sobre a questão do Teatro Carlos Gomes. Lembra que todos conhecem a história do Teatro Carlos Gomes e como ele foi encontrado pela atual gestão, toda descaracterização ao patrimônio que ele sofreu. Registra que a Prefeitura, rapidamente, fez a obra da cobertura do Carlos Gomes e que, embora tenha sido totalmente descaracterizado, é um prédio importante para a cidade, do ponto de vista de patrimônio cultural, razão pela qual a Prefeitura tem como projeto fazer a reconstrução de um centro cultural, que contemple cinema, teatro, música, ou seja, todas as linguagens artísticas. Comenta que na audiência pública feita no final do ano passado foi apresentado projeto que foi aceito pelos produtores culturais da cidade, pois atendia aos anseios da classe para aquele espaço. Fala que o projeto faz parte do corredor cultural e será retomado pela direção do Secretário Tiago Nogueira. Deixa claro que, até o momento, a Prefeitura fez um projeto básico, e não um projeto executivo, de recuperação do espaço, projeto básico esse que foi apresentado ao Ministério da Cultural, a fim de obter a chancela da Lei Rouanet para captar recursos. Fala que no orçamento é colocada a previsão de recursos externos – tanto para o Governo Federal, quanto para o Governo Estadual. Esclarece que não é a Prefeitura que apresenta o projeto, pois não pode apresentar direto para a Lei Rouanet, mas, sim, uma

empresa/produtora que foi contratada, a qual está apresentando projeto, que foi encaminhado ao IFAM, por se tratar de patrimônio cultural tombado. Salaria que uma vez que for obtida a chancela, terão de fazer a captação de recursos e, provavelmente, conseguirão recursos junto às empresas da região e da cidade. Deixa claro que o recurso está previsto, mas depende de captação, pois a Administração não tem recursos próprios, hoje, para investir no Carlos Gomes, mas vão captar recursos e farão a recuperação do local. Quanto à Secretaria de Cultura, que vai atender 500 mil pessoas, fala que embora pareça, o número não é grande, porque, na verdade, os números se somam – escolas livres, teatro com atividade intensa, atividades culturais de difusão. Fala que quando a Orquestra se apresenta no Aramaçan ou outro espaço maior ela leva de duas mil a três mil pessoas, sendo que isso é feito todo mês, portanto, é a soma dos vários eventos do público do teatro e do público das escolas e que embora o número pareça absurdo, não é. Registra que toda população está convidada a participar. Fala que o Guaraciaba é prioridade para a atual gestão e que o prefeito Carlos Grana tomou as medidas necessárias para evitar outros episódios, como o trágico acidente ocorrido. Esclarece que existe problema judicial. Salaria que a Prefeitura se comprometeu a desenvolver um projeto, embora, hoje, não tenha recursos próprios para investir no Guaraciaba, mas a Prefeitura está imbuída de fazer um projeto e o Semasa está com essa responsabilidade. Foi feita audiência e muitas ideias foram lançadas, porém, o objetivo é desenvolver uma PPP – Parceria Público-Privada para viabilizar aquele espaço, pois o Município não conta, hoje, com recurso que dê conta de fazer tudo que o Guaraciaba precisa. Quanto ao remanejamento de 30% do Orçamento, lembra que o vereador mesmo afirmou que isso é praticado na região e, na verdade, é histórico. Trata-se de uma ferramenta técnica que objetiva criar mobilidade para que o prefeito possa fazer execução orçamentária sem ter de ficar o tempo todo mandando projetos de lei para a Câmara, com exceção dos projetos importantes, como os de financiamento. Cita, como exemplo, as emendas parlamentares que, por ser novidade, causaram certa dificuldade para a própria equipe técnica da Casa. E, por conta das emendas, foram feitas mudanças constantes solicitadas pelos vereadores de uma entidade ou serviço para outro. Assegura que essa mobilidade é importante para o Governo, para a Administração, no sentido de ser um instrumento técnico que permite mobilidade melhor e execução maior. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, responde ao Vereador Cicote acerca dos eventos da Secretaria de Governo, e informa que o número de 270 eventos, embora receba o nome de evento, não necessariamente se trata de um evento, mas pode ser uma reunião, que a Secretaria de Governo participa, inclusive com outros órgãos estaduais ou federais; e a despesa é com pessoal e com de viagens e está tudo detalhado. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, em relação à pergunta do Vereador Zacarias, quanto ao repasse ao Consórcio Municipal, informa que o valor está na Secretaria de Governo e que embora não esteja especificado Consórcio, está em uma dotação, cujo valor de repasse previsto é R\$5,373

milhões. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, informa que o valor da dotação de R\$5,373 milhões consta do Orçamento, página 173, na dotação 33.71.70, que é o rateio pela participação em consórcio público, e está previsto. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, em relação ao déficit de 2013, entender ser importante esclarecer a dúvida, porque inclusive o ex-prefeito e sua equipe questionaram dizendo que não era verdade, oportunidade em que propuseram fosse feito um debate, o que não foi aceito pelos representantes da Administração anterior. Lê relatório do Tribunal de Contas acerca da conta do ex-prefeito, de 2012, que diz que o Poder Executivo não atendeu ao art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando consideradas as fontes de recursos próprios, em que pese atendimento quando visualizado por caixa único, conforme se vê no quadro constante do relatório. Ou seja, tem em receita própria externa, mas em receita própria há déficit orçamentário. O relatório prossegue dizendo que cabe salientar que esta demonstrada liquidez, em 31/12/2012, procede enquanto conceito de caixa único, porquanto código de aplicação, se afastados recursos vinculados, verifica-se insuficiência de recursos, ao final do mandato. Explica que o ex-prefeito deixou déficit de R\$110 milhões, sendo mais de R\$21 milhões de Tesouro, que é empenho sem lastro financeiro; para a Saúde – praticamente fundação, R\$18,699 milhões; para Educação, também sem lastro financeiro, R\$5,283 milhões; depósitos insuficientes de precatórios R\$3,600 milhões; contas de águas vencidas e não pagas R\$3,738 milhões; despesas sem prévio empenho gerais R\$2,007 milhões; estornos de empenho de obras em andamento (que já estava empenhado e estornou) da Educação R\$5,516 milhões; déficit da Craisa (por não pagar os fornecedores) R\$17 milhões; déficit do Semasa R\$26,520 milhões; déficit de assistência médica R\$6,240 milhões – totalizando R\$110,373 milhões. Registra, portanto, que esses são os números apontados pelo Tribunal de Contas, sendo que as contas foram, inclusive, rejeitadas. Ressalta que esse déficit, de R\$110 milhões, deixado pelo ex-prefeito, comprometeu. E, respondendo ao Vereador Toninho de Jesus, no caso da folha, foi feita licitação numa tentativa de conseguir, com outros agentes financeiros, recurso maior, mas acabou fechando a folha, na licitação, por R\$35 milhões, com o Banco do Brasil, o que está longe de cobrir o déficit deixado. Deixa claro que não falam mais em déficit, porque o prefeito atual foi eleito para sanar as finanças públicas e que, naquele momento, tinha de ser apontado, porque era um fato e implicou a execução orçamentária. Fala que a Prefeitura vem trabalhando, no sentido de melhorar e aperfeiçoar sua arrecadação, e as seguintes ações de ajuste estão sendo tomadas: estão trabalhando com o orçamento com valores contingenciados, para fazer controle entre receita e despesa, e seguindo a determinação de diminuição de custeio da máquina e trabalhar em busca de novos recursos, por meio do desenvolvimento econômico da cidade. Mas, infelizmente, os R\$110 milhões ainda repercutiram no ano de 2014. Sobre a pergunta do Vereador Sardano, acerca de publicidade, informa que na Secretaria de Comunicação constam R\$10 milhões para publicidade, para divulgação

dos serviços, valor bem modesto comparado ao praticado na região. O Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, complementa o que já foi dito, e cita que quanto à questão do déficit, de 2014, é preciso considerar que está comparando despesa empenhada com receita arrecadada, sendo que na despesa empenhada deve ter cerca de R\$60 milhões que são despesas por estimativa, que ainda vão ser liquidadas, em novembro e dezembro, o que reduz a questão da diferença entre despesa empenhada e receita arrecadada. Sobre a questão de previsão de aumento da PGV, informa que o prefeito decidiu não encaminhar projeto de reajuste da PGV para este ano e que, portanto, estão trabalhando com o recadastramento imobiliário, desde o início do ano, a fim de detectar áreas construídas e não informadas à Prefeitura. Portanto, essas eram as alterações do IPTU, além do aumento da FMP, que é um aumento inflacionário. Sobre a questão de quanto foi arrecadado com o Recref, ressalta que o contribuinte tem a opção de pagar a vista ou parcelar a dívida e que o valor recebido, de pagamento a vista, foi em torno de R\$25 milhões, e a carteira de pagamento parcelado é em torno de R\$40 milhões. Registra que esse é o melhor Recref feito até agora, em termos de recebimento e que há alguns casos mais complicados que foram protocolados e que devem aumentar a carteira de pagamentos. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) insiste em saber sobre a dívida de R\$110 milhões, e, pelo Portal da Transparência, balanço orçamentário, existe o déficit orçamentário de R\$305 milhões. Pede explicações sobre essa diferença. O Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, sobre o déficit de 2013, fala que é preciso verificar o que está incluído e se estão incluídos recursos externos. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, esclarece que está comparando a previsão inicial, o orçado, contra o arrecadado, o realizado, e a diferença é o recurso externo, previsão de recurso externo. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) indaga se havia previsão de aporte de um número e esse número foi R\$300 milhões menos, o que foi confirmado pelo Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) entende que se gastou sem ter. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, registra que não, mas que a previsão orçamentária era R\$1,677 e a arrecadação foi de R\$1,372, portanto, não arrecadaram R\$305 milhões, que eram recursos externos. Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) indaga se não foi empenhado R\$1,677 milhão. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, informa que não. O Sr. Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, fala que aí houve economia de dotação. O Vereador Almir Roberto Cicote (Dr. Almir Cicote) registra que, em relação ao Parque do Guaraciaba, existe um TAC junto ao Ministério Público e que a preocupação de todos é para que não ocorram mais tragédias como as que ocorreram no passado. Quanto ao orçamento de 270 eventos, considera muito um evento por dia, mas o assunto já foi explicado. Sobre o atendimento de 558 mil pessoas, registra que o

teatro comporta 500 pessoas e tem uma média de quatro apresentações por mês e a Escola Livre de Teatro recebe cerca de 700 pessoas ao mês, então, considera um número muito alto para o porte da cidade. O Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) indaga qual o tamanho da dívida ativa. Lembra que foi feito um Recref, em 2008 ou 2009, e agora mais um, mas ainda continua dívida. Insiste em saber o tamanho da dívida ativa, porque ainda existem maus pagadores. Considera importante o Orçamento Participativo para a cidade, que, agora, foi inovado com a questão do Orçamento Digital. Fala que enfrentou dificuldade em sua região, pois passou uma proposta através do orçamento digital. Indaga se há nos arquivos o tamanho desse orçamento digital para que passasse lá a proposta do Orçamento Digital, a segunda que entrou na peça orçamentária, então, insiste em obter informação a respeito do Orçamento Digital. O Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, reconhece que a dívida ativa é grande e continua em torno de R\$1,300 bilhão. Ressalta que quando se fala em dívida ativa é preciso considerar que praticamente 70% a 80% da dívida são considerados podres, porque existem muitas glebas em áreas de mananciais que as pessoas nunca pagaram e continuam não pagando e, em virtude da lentidão da Justiça, fica difícil a execução, há casos de massas falidas que também dependem de execução judicial, que demora anos. Diante disso, considera que a dívida administrável e cobrável gira em torno de R\$300 milhões, que resolveria parte dos problemas, mas há dívidas categorizadas – mais fáceis e mais difíceis de receber. Ressalta que o objetivo do Recref é facilitar a liquidação dessas dívidas, em especial para aquelas pessoas que têm interesse em liquidar a dívida, mas não têm condições e que a ideia da Secretaria de Finanças é continuar implementando mecanismos de cobrança, de forma a melhorar a cobrança e torná-la mais efetiva. Cita alguns instrumentos usados como o protesto, já aprovado em lei, sistemas informatizados de cobrança, tanto administrativa como judicial, que já estão sendo implementados, para 2015, com a ajuda do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária, que a Prefeitura está pleiteando junto ao BNDES e a tendência é que essa dívida ativa passe a ser resgatada com maior facilidade, aumentando a arrecadação, em 2015. O Vereador Luiz Alberto Ferreira de Araujo (Luiz Alberto) sobre os R\$300 milhões citados, fala que já fez uma crítica, ao Executivo, pois quando teve o Recref se investiu pouco em publicidade e muitas pessoas que têm dívida não tiveram conhecimento do Recref, entende que por falta de informação para a população, o que possibilitaria maior adesão. Indaga se vai ser feito algum estudo, uma vez que não pode usar mais o Recref para captar mais verba dessas pessoas que querem pagar, mas não têm como fazê-lo, nas condições que lhes são impostas, hoje. O Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, informa que, no momento, só pode ser feito através do sistema de parcelamento efetivo da Prefeitura, que não tem as condições do Recref, que dá isenção de multas e juros, pois o parcelamento inclui multa e juros e tem prazo de pagamento não tão elástico, como o do Recref. Quanto a se está sendo feito algum estudo, fala que isso pode ser tentado, porém, entende que

existem pessoas que têm disposição de pagar e outras que não têm. Salienta que o Recref está resolvendo problemas de muitos anos e de áreas grandes na cidade que tinham problema de dívida ativa, porém, muitos casos são complicados, pois envolvem herança e partilha, onde estão os maiores valores a serem recebidos. Outra dificuldade é a localização do devedor que muda de endereço. Já o pequeno proprietário procurou a Prefeitura e fez seu parcelamento e quem não o fez pode procurar a Prefeitura e fazer o parcelamento, mesmo sem os benefícios do Recref, mas com alguma condição de parcelamento. O Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) considera importante ter conhecimento dos devedores, embora a lei não permita essa divulgação, porque há bancos e hospitais que não pagam tanto IPTU como ISS, dentre outros, embora recebam grandes quantias em dinheiro. O Sr. Walter Faria, Secretário Interino de Finanças da Prefeitura de Santo André, fala que é proibido de falar dos grandes devedores, por conta do sigilo fiscal. O Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) protesta pelo fato de os bancos não recolherem ISS, diante da atual crise em que vivemos. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) comenta que também escolas e algumas faculdades. O Vereador José Montoro Filho (José Montoro Filho – Montorinho) comenta que o Salles, quando saiu da secretaria, declarou na imprensa que a secretaria tinha pouco dinheiro, sofreu vários cortes, o que inviabilizou sua permanência na Secretaria de Cultura. Indaga se teve corte na referida secretaria. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala que o orçamento de todas as secretarias é montado, a partir de uma expectativa de receita e, conforme vai se confirmando a receita, trabalha-se a execução e todas as secretarias procederam da mesma forma, em termos da execução orçamentária. Registra que o orçamento da Secretaria de Cultura, para 2014, que foi da ordem de R\$20 milhões, não sofreu nenhum corte e que o secretário anterior não considerou o custo com pessoal da Cultura – servidores, agentes e assistentes culturais, bibliotecárias, equipe técnica do Teatro, e que a Orquestra – maior projeto, que custa mais de R\$ 2 milhões/ano, não sofreu nenhuma restrição, tampouco para a contratação para suas atividades, nem para a Escola Livre de Teatro, em termos de valor de dança, cinema e vídeo, nem para a Casa da Palavra e para o Museu. Salienta que a programação cultural é montada, a partir de uma visão que se tem de política cultural, e que o secretário anterior tinha uma visão de política cultural e voltou o recurso para sua visão de política cultural, desconsiderando todo o restante e classificou como política cultural só os grandes eventos desenvolvidos, de artistas, que foram desenvolvidos, não englobando o conjunto – literatura, patrimônio, artes visuais e artes cênicas. Registra que os números apresentados pelo secretário anterior não correspondem com a realidade. Deixa claro que foi uma área priorizada e que não sofreu cortes. Em seguida, fala que o OP Digital foi uma inovação, pois no tradicional é feita uma plenária onde as pessoas se organizam, levantam suas demandas, aprovando-as para a região e para a cidade, mas muitas pessoas não querem ir à plenária e o mundo digital faz parte da cultura das pessoas que estão ligadas na internet, daí pensaram em ampliar a participação e atingir

o público jovem que é avesso às reuniões e, eventualmente, as pessoas com dificuldade de mobilidade por meio do OP Digital. Cita também a criação do OP Criança. Fala que foi emocionante ver a participação das crianças, cobrando do Prefeito várias melhorias para a localidade. Salaria que o meio digital possibilitou a participação, mas a decisão foi tomada na plenária, sendo que o OP Digital possibilitou a apresentação de proposta para a região e para a cidade, mas não elegeram representante. Com isso, as propostas foram encaminhadas para o Conselho Municipal do Orçamento, eleito na Plenária, portanto, soberano, criado por lei, foi quem aprovou as propostas, tanto da Plenária como do OP Digital, passando pelo processo democrático de participação. Coloca que para a pessoa participar tinha de inscrever o CPF, a fim de identificar se não era falso, e endereço para, pelo CEP, identificar a região em que morava, pois votaria na sua região. Considera que se trata de uma ferramenta que deve ser aperfeiçoada, pois é interessante por ampliar a participação. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) agradece aos Secretários e equipe pela presença. Ressalta que a audiência foi realizada em cumprimento ao disposto em lei, mas nada impede que, até a votação do Orçamento, novos encontros com os Secretários e Vereadores possam ser realizados. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, agradece pelo convite e coloca-se à disposição desta Casa. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) abre a palavra ao público presente. A Sra. Ivone Carvalho, vice-presidente do Movimento em Defesa da Vida, participante também da Associação do Parque Ecológico do Guaraciaba, fala que, há 25 anos, batalham pela criação do parque cuja construção está, agora, no Plano Diretor da cidade. Ressalta que por quase seis mandatos esperam pela criação do Parque do Guaraciaba. Fala que o parque é um patrimônio da cidade, que tem uma lagoa de água natural, de grande valor já comprovado. Entende que a implantação desse parque não deveria estar sendo discutido na Justiça, inclusive pelo valor da água, hoje tão rara e cara, sendo que aquele manancial é de grande potencial. Fala que se não consegue entrar no Orçamento, se mesmo após conversas com o Semasa, se mesmo enquanto Movimento da Vida formaram equipe técnica que, voluntariamente, fez o projeto do Parque Guaraciaba para discutir com a Prefeitura, projeto que está pronto, o que impede de ser feita uma discussão séria acerca daquela área que, pela sua importância, não deveria estar sendo discutida ou barganhada como discussão política e, sim, como um patrimônio para a cidade. Pede, encarecidamente, a criação de um parque ecológico de qualidade para aquela área de proteção ambiental. O Sr. Luiz, morador da região H, participante do PPA e da OP, fala que participou da elaboração da peça junto com os conselheiros e reconhece que foram meses de trabalho intenso com a Secretaria de Planejamento. Entende que a apresentação deixou bem clara a dificuldade em se fazer uma Peça Orçamentária, pois o cobertor é curto, e reconhece que o orçamento é uma previsão que pode ou não acontecer, diferente de quando se deixa um déficit. Solicita ao Secretário Alberto que destaque qual é o percentual obrigatório por lei, a ser aplicado na área de Educação e Saúde, e quanto, hoje, o município investe nessas duas áreas. O Secretário

de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala para a Sra. Ivone que compartilha dessa preocupação, interesse e desejo de recuperar o Parque Guaraciaba. Cita que se lembra do parque, desde a década de 1980, quando então era chamado de Tancão da Morte, e que se falava que tinham de enterrá-lo, e que depois entenderam que se tratava de uma área que tinha de ser preservada. Reconhece que talvez não tenham a mesma visão de como atingir o objetivo, mas assevera que a transformação do local em um parque é o que se deseja. Assume que, hoje, não tem previsão orçamentária de recurso para isso, porque, infelizmente, não cabe no Orçamento, mas existe a intenção de fazer lá um parque, destinando uso para a água, o que seria possível através e uma PPP. Lamenta não ter participado da última reunião no Semasa, cuja pauta era exclusivamente sobre isso, que terá continuidade dia 19, mas afirma que a continuidade da discussão está dada com o Semasa. A Sra. Ivone Carvalho, vice-presidente do Movimento em Defesa da Vida, fala que apresentarão ao Semasa um projeto. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, assevera que existe por parte do Governo a disposição de conversar, mantendo aberto o canal de discussão, e fazer do local um projeto de parque, dar destinação ao uso daquela água e, para isso, buscará PPP – Parceria Público-Privada a fim de viabilizar o projeto, pois, por recursos próprios, não conseguiriam fazê-lo, hoje. A Sra. Ivone Carvalho, vice-presidente do Movimento em Defesa da Vida, fala que estão trazendo pessoas – engenheiros e arquitetos para um trabalho voluntário para esse parque, o que é uma iniciativa diferente que está sendo apresentada ao poder público e à comunidade. Salaria que todo esse trabalho é discutido com a comunidade, por meio de pesquisa de campo, identificando o que e como a comunidade queria que fosse feito. Salaria que desejam fazer trabalho agregador com a Favela do Kibon, pois considera importante que seja feito um trabalho de inclusão junto ao parque. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala que para a Educação, constitucionalmente, são 25%, no mínimo, e 15% para Saúde, porém, o município aplica valores maiores. A Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, informa que são R\$351 milhões para a Educação, 25,28%, e, para a Saúde, 25,16%, R\$350 milhões. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, finalizando, refere-se à matéria publicada no jornal a respeito das emendas de 2014, tranquiliza a todos, fala que tem um relatório com as emendas e coloca-se à disposição para esclarecer dúvidas, individualmente, e registra que cerca de 70% das emendas destinadas à Secretaria de Obras ou foram executadas ou estão em execução e que algumas questões têm explicação no processo, pois necessitam de licitação, assim como das entidades também tem relação de todas para as quais foi repassado, sendo que as que não receberam foi por falta de documentação. Mantém o mesmo compromisso do Prefeito Carlos Grana, para 2015. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) agradece novamente a todos pela presença. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos, é encerrada a audiência pública, da qual, eu, Meyri Eloisa Pincerato,

Encarregada do Setor de Taquigrafia e Atas, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

APARECIDO DONIZETI PEREIRA (DONIZETI PEREIRA)
Presidente

ANTONIO DE JESUS BARBOSA (TONINHO DE JESUS)
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

COSMO RODRIGUES CARDOSO (COSMO DO GÁS)
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

ALBERTO ALVES DE SOUZA
Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da PMSA

MIRIAM MARY MARCON ARMELIM
Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo da PMSA

WALTER FARIA
Secretário Adjunto da PMSA

ROSEMARY DE M. SILVEIRA
Diretora de Orçamento e Planejamento Estratégico

MEYRI ELOISA PINCERATO
Encarregada do Setor de Taquigrafia e Atas da CMSA